

ATA DA 151ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta e um de maio de dois mil e vinte e três, realizou-se a 151ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saneamento - COMUSA, através de videoconferência, seguindo as diretrizes da Portaria SMOBI Nº118/2020.

Conselheiros presentes: Leandro César Pereira (SMOBI), Cláudius Vinícius Leite Pereira (URBEL), Pedro Ribeiro de Oliveira Franzoni Grossi (SMMA), Flávia Mourão Parreira do Amaral (SLU), Vereadora Fernanda Pereira Altoé (CMBH), Wesley Bambirra Rodrigues (SICEPOT-MG), Alex Moura de Souza Aguiar (SENGE-MG), Weber Coutinho (ABES-MG), Marcos Tadeu Righi Rodrigues de Souza (AMALUX), Geraldo Tadeu Rezende Silveira (PUC-MG).

Suplentes presentes: Ricardo de Miranda Aroeira (SMOBI), Marcos Ferreira de Souza (SUDECAP), Ana Paula Barbosa Vitor Oliveira Marques (APLENA), Filipe Nepomuceno Bicalho Santos (COPASA).

Ausências justificadas: Leonardo Castro Maia (MPMG).

O Conselheiro e Secretário Executivo do COMUSA, Ricardo de Miranda Aroeira, registrando quórum, iniciou a reunião colocando em votação as atas das 148ª e 149ª Reuniões Ordinárias do COMUSA, aprovadas por unanimidade. Em seguida, informou o ponto de pauta: apresentação pela COPASA, dos avanços em relação à implementação do plano de ação voltado para a universalização do sistema de esgotamento sanitário na bacia da Pampulha.

A palavra foi repassada ao conselheiro e presidente do COMUSA Leandro César Pereira, que fez suas considerações. O presidente ressaltou a importância da pauta relativa à Lagoa da Pampulha, através do esforço da COPASA pela universalização do serviço de esgotamento sanitário na referida Bacia. Ressaltou, ainda, a importância do COMUSA como plenário de discussão de demandas municipais, destacando o empenho da engenharia pública no alcance dos objetivos ora deliberados. Externalizou a importância do trabalho que tem sido desempenhado pela equipe técnica da Diretoria de Gestão de Águas Urbanas – DGAU na gestão do saneamento no Município.

O conselheiro e secretário executivo do COMUSA Ricardo Aroeira, prestou seus agradecimentos em nome de toda equipe da Diretoria de Gestão de Águas Urbanas – DGAU. Em seguida, repassou a palavra ao engenheiro e representante da COPASA, Sérgio Neves, que procedeu sua apresentação.

O palestrante agradeceu a oportunidade de apresentar a evolução das ações do Plano de Ação no plenário do COMUSA e ressaltou a importância da condução conjunta do trabalho com os municípios de Belo Horizonte e Contagem. Informou que o maior desafio do Plano de Ação são as intervenções a serem realizadas no município de Contagem, pois a maior parte da Bacia encontra-se nesse Município. Informou que a COPASA investiu, nos últimos anos, mais de R\$ 650 milhões na Bacia da Pampulha, o que proporcionou um aumento significativo na cobertura do serviço, com implantação de novas redes e mais de 150 mil novos imóveis conectados, atingindo em 2016, 95% de cobertura do serviço e 98% das redes implantadas em 2022. Explicou que existem cerca de 10 mil clientes que ainda não se interligaram ao sistema coletor existente. Desses, quase 8.000 são clientes factíveis, ou seja, já possuem rede disponível na via, mas não interligaram por escolha do morador ou por incapacidade técnica. O restante, cerca de 2.000 clientes são considerados potenciais e ainda não possuem rede disponível para interligação.

O valor do investimento previsto no Plano de Ação é de R\$ 146,50 milhões ao longo de 5 anos, abrangendo implantação de infraestrutura, manutenções preventivas e corretivas e ações de operação do sistema.

A COPASA vem realizando ações de atualização cadastral e já visitou quase 7 mil imóveis. Principalmente em áreas de interesse social, a Companhia verificou que muitos dos clientes visitados não estavam cadastrados. Sendo assim, quando é realizado o serviço de interligação ao sistema de esgotamento sanitário, regulariza-se também o serviço de abastecimento de água. Diante desta ação, até março de 2023 foram realizadas 1.895 novas ligações, além de outras 1.024 ligações realizadas pelo crescimento natural. Nos casos em que a mobilização da COPASA não obtém sucesso na adesão do morador, as Vigilâncias Sanitárias de cada município são acionadas.

O conselheiro e secretário executivo do COMUSA, Ricardo Aroeira, questionou sobre a interrelação entre a COPASA e as Vigilâncias Sanitárias dos municípios de Belo Horizonte e Contagem.

O palestrante justificou que os municípios têm metodologias de trabalho diferentes e por isso a COPASA não conseguiu padronizar um fluxo de trabalho com estes órgãos.

O conselheiro Ricardo Aroeira sugeriu o agendamento de uma reunião conjunta entre a COPASA, PBH e Vigilâncias Sanitárias para acertar os fluxos de trabalho, visto o objetivo não ser a punição dos moradores, mas a adesão dos mesmos para usufruírem dos benefícios do sistema de esgotamento sanitário, contribuindo, ainda, para o alcance das metas de despoluição da Bacia da Lagoa da Pampulha.

A conselheira e representante da Aplena, Ana Paula Barbosa questionou se a meta prevista pela COPASA para as novas ligações seria estática ou dinâmica.

O palestrante respondeu que a meta é estática, mas o serviço é dinâmico, porque a COPASA está executando outras ligações além das previstas no Plano de Ação, sempre que possível, visando a universalização do serviço.

O conselheiro e presidente do COMUSA, Leandro Pereira colocou-se à disposição para as reuniões com a Vigilância Sanitária, bem como para os demais assuntos afetos à Secretaria de Obras e sugeriu uma apresentação em uma das reuniões do COMUSA, do trabalho que a Vigilância Sanitária tem desempenhado para alcançar as metas do Plano de Ação.

Dando continuidade à apresentação, o palestrante ressaltou a questão das intervenções em áreas de interesse social. Lembrou que no Município de Belo Horizonte, a maior intervenção se dá na ocupação Dandara, mas que no município de Contagem a COPASA identificou 29 vilas que necessitam de intervenções, sendo necessária parceria com a prefeitura para atuar nesses locais. Abordou, ainda, a questão do descarte de lixo e a necessidade de ações de manutenção, abordando a importância de um trabalho social junto aos moradores, que muitas vezes não tem consciência sanitária e ambiental.

O conselheiro Ricardo Aroeira se comprometeu a agendar uma reunião pautando a Ocupação Dandara e convidando os órgãos da PBH afetos ao tema.

Sobre o monitoramento da qualidade da água afluyente à Lagoa da Pampulha, o palestrante informou que o maior ponto de atenção é o córrego Sarandi, mas a COPASA tem verificado uma grande quantidade de lixo e resíduos de diversas espécies sendo lançadas em todos os tributários da Lagoa, o que compromete os resultados.

O conselheiro Ricardo Aroeira solicitou que os dados do monitoramento, que têm sido enviados à Diretoria de Gestão de Águas Urbanas – DGAU, sejam enviados também para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente para acompanhamento.

Sobre os avanços da tarifa social, o palestrante informou que a COPASA fornece aos moradores inscritos no CadÚnico, o ramal interno gratuitamente, visando facilitar o processo de interligação ao sistema coletor. Além disso, informou que a COPASA está implantando condições especiais de negociação de débitos para vilas. O cliente pagará uma taxa no valor de R\$60,00, que poderá ser parcelada em até 3 vezes e a dívida principal ficará congelada. Os débitos prescritos (superiores a 10 anos) serão baixados. A cada 6 meses de inadimplência do cliente, habilitará a baixa dos 3 débitos mais antigos, entretanto, após 3 meses de inadimplência, todo o débito congelado e não baixado será retomado, inabilitando-o a novas negociações nestes critérios. Além disso, independentemente da categoria de uso do imóvel, ocorrerá a gratuidade da ligação de água, esgoto e outros serviços, tais como: mudança de local de padrão, religação, etc. O objetivo é trabalhar a inadimplência através de ações sociais, porque a Norma de Procedimentos da COPASA estabelece que se o cliente estiver inadimplente, ele não pode permanecer interligado, pois deixa de ser cliente. Mas o objetivo da COPASA é manter a ligação para atingir a universalização do atendimento na Bacia.

Para finalizar, o palestrante mostrou o detalhamento dos investimentos e as ações em andamento e as próximas ações a serem realizadas pela Companhia. As ações em andamento compreendem: soluções técnicas alternativas através da interligação da rede de drenagem pluvial na rede coletora de esgoto (PV de tempo seco), licitação do contrato de pesquisa de água pluvial nos clientes reais da Bacia, diagnóstico dos pontos de monitoramento de qualidade da água, estabelecimento de fluxos de trabalho com as Vigilâncias Sanitárias e fluxos de trabalho em vilas de Contagem. As próximas ações compreendem a licitação do

contrato para construção e substituição de redes/interceptores e ligações de esgoto e o contrato para atendimento aos clientes potenciais e melhorias operacionais.

O conselheiro e representante do SENGE-MG, Alex Aguiar, questionou sobre a disponibilidade da Companhia em atuar através de sistemas não convencionais, ou seja, utilizando técnicas alternativas para atendimento, principalmente em áreas de vilas e favelas.

Em resposta o palestrante informou que a Copasa está buscando uma forma de atendimento a vários imóveis por métodos não convencionais, em que será necessária mobilização para implantação de redes coletivas condominiais.

A conselheira e representante da SLU, Flávia Mourão perguntou sobre o monitoramento dos PV's de tempo seco e o risco de contaminar as redes de drenagem pluvial.

O palestrante explicou que as redes de drenagem pluvial estão sendo monitoradas. Serão implantados 12 pontos no Pindorama e 9 pontos em vilas do Município de Contagem. São soluções provisórias implantadas até que se definam as melhores alternativas que abrangeriam o maior número possível de moradias.

O conselheiro e representante da ABES, Weber Coutinho questionou o funcionamento do sistema de coleta de tempo seco, se funcionaria de forma parecida ao sistema unitário de coleta.

Em resposta, o engenheiro Sérgio Neves explicou que o funcionamento é semelhante, pois na maior parte do ano a COPASA consegue coletar o efluente através da rede pluvial, sem comprometer as redes de esgotamento sanitário e sem ter que desapropriar uma grande quantidade de moradias. Mas reforçou que se trata de uma medida provisória e emergencial e que a COPASA não está adotando o sistema unitário convencional.

Retomando a palavra, o conselheiro e secretário executivo do COMUSA apresentou como encaminhamentos, o agendamento de discussão com as vigilâncias sanitárias de Belo Horizonte e Contagem, a composição de um grupo de discussão específico sobre a Ocupação Dandara e a composição de outro grupo específico para discussões relativas ao Programa PRECEND, todos com a participação da COPASA.

Nada mais havendo a discutir, a reunião foi encerrada.

Nada mais tendo a relatar, eu, Ricardo de Miranda Aroeira, Conselheiro e Secretário Executivo do COMUSA, lavrei a presente ata.